



ATUALIDADES

Entrevista realizada pela Profa. Dra. Cleonice Correia Araujo¹ com a Profa. Dra Joana Valente Santana²

“Favelas e comunidades urbanas no Brasil”

ENTREVISTADORA: O IBGE, na coleta do Censo Demográfico de 2022, traz mudanças em relação a construção do conceito favela. Neste sentido, o termo “aglomerados subnormais” adotado pelo Censo de 1991 é substituído pela denominação “favela e comunidades urbanas”. Para além das terminologias, trata-se de um debate que traz uma questão histórica que se agrava ante o aumento de pessoas com direitos negados que habitam assentamentos considerados informais e juridicamente inseguros. Qual a sua avaliação a respeito?

ENTREVISTADA: A primeira questão a se considerar é a importância da realização do Censo Demográfico (2022). A comunidade acadêmica, as instituições públicas na área urbana e habitacional e toda a sociedade estava aguardando esse momento de divulgação dos dados sobre as favelas e comunidades urbanas, a população residente e os domicílios existentes nessas áreas. Os dados divulgados nos permitem identificar e atualizar a gravidade da situação habitacional no Brasil e revelam as condições de vida e a desigualdade no acesso às políticas públicas. O Censo demográfico é um instrumento essencial de pesquisa, planejamento e gestão de políticas e organização política dos movimentos sociais em torno do direito à cidade. A questão da atualização da terminologia se fez importante porque o termo “aglomerados subnormais” apresentava uma conotação de subnormalidade, irregularidade, significando que os(as) moradores(as) que vivem em condições precárias estão fora dos padrões regulares da cidade e em desacordo com a legislação. Além disso, o termo ainda carrega aspectos históricos relativas ao higienismo, onde foi defendida a ideia de que é preciso limpar os espaços subnormais da cidade onde moram os pobres. Desta feita, o termo “favelas e comunidades urbanas”, resultante de discussões com segmentos dos movimentos sociais e da academia, se aproxima mais da

¹ Assistente Social. Mestra e Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA. Membro do Grupo de Estudo e Avaliação da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP/UFMA).

² Assistente Social. Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal do Pará. Coordenadora do Grupo de Estudos Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Federal do Pará.



realidade brasileira, onde os moradores ocupam diferentes territórios com precariedade na infraestrutura urbana em várias escalas (unidade habitacional, núcleo habitacional, bairro) em grandes, médias e pequenas cidades.

Por sua vez, embora a alteração na terminologia tenha sido importante, nota-se, ainda uma distância entre os dados do IBGE e o reconhecimento das particularidades regionais e de suas necessidades habitacionais com características singulares. Historicamente, o Estado brasileiro priorizou a produção da grande infraestrutura física para as grandes empresas capitalistas moldando uma urbanização diferenciada e desigual com pouco acesso a serviços em pequenas cidades. No caso da Amazônia, por exemplo, habitada por povos da floresta, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e urbanos, especialmente os que vivem em vilas e/ou pequenas cidades, verifica-se uma frágil oferta de serviços públicos, dentre estes as políticas habitacionais.

As pesquisas nas universidades e, particularmente as realizadas pelo Grupo de Estudos Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, do qual sou coordenadora, têm demonstrado que há particularidade urbana-rural relativa às necessidades habitacionais que são pouco conhecidas pelo governo estadual e federal e também pouco conhecida pelos movimentos de moradia. Além disso, a oferta habitacional, sendo orientada pelos interesses do mercado imobiliário, reproduzem a construção de unidades habitacionais homogêneas e sem diferenciação regional, além de distantes dos serviços urbanos, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Estudos realizados em cidades paraenses de pequeno e médio porte demonstram que no estado do Pará, por exemplo, a problemática central da moradia tem sido a inadequação e a precariedade habitacionais, com destaque para a carência de infraestrutura (água potável, esgotamento sanitário e coleta de lixo), evidenciando-se, também, a questão do acesso ao banheiro interno da moradia.

Registra-se, por sua vez, que a oferta da produção habitacional pela via do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) atende parcialmente à demanda de déficit habitacional, quanto à demanda da inadequação habitacional, com alterações positivas na vida familiar devido, por exemplo, à segurança da moradia (existência de portas e janelas), quartos para a família com maior privacidade; acesso à água encanada por rede geral; pia da cozinha para lavar a louça e preparar os alimentos; presença do banheiro interno. Por sua vez, os estudos demonstram que há uma série de problemas na execução do PMCMV, no estado do Pará devido: a problemas construtivos das unidades habitacionais; casas demolidas sem a construção da nova unidade habitacional pelas empresas responsáveis; dificuldades de diálogos entre as prefeituras municipais e as empresas construtoras; conjuntos habitacionais construídos distantes da rede



urbana de serviços (como feiras, postos de saúde, escolas etc.) e dos locais de trabalho, com problemas no acesso ao transporte. Há uma dificuldade de pagamento das taxas de energia elétrica, por serem de alto custo para trabalhadores(as) com baixos salários.

Soma-se a esses aspectos a fragilidade administrativa municipal para provisão habitacional, resultado da, em geral, baixa arrecadação municipal e da baixa capacidade administrativa.

Ademais, as pesquisas revelam que o Estado não atende ou incorpora a particularidade regional, dado que não há uma priorização ao enfrentamento da inadequação habitacional, quando na realidade a carência de infraestrutura é evidenciada em todo o estado do Pará (acesso à água potável, esgotamento sanitário e coleta de lixo), expressando as moradias precárias dos habitantes dos rios, das estradas, das vilas, das pequenas cidades, das cidades médias e das grandes cidades. Além disso, há uma desconsideração do modo de morar dos habitantes de várias cidades, quando a produção habitacional prioriza a tipologia construtiva em alvenaria em detrimento da utilização da madeira na produção habitacional. Há uma demanda por casas que tenham cozinhas grandes, quintais para criar animais e realizar pequenos cultivos, varandas para armazenar redes e pátio (chamado de “puxadinho”) onde muitas famílias desenvolvem suas atividades laborais para seu sustento.

ENTREVISTADORA: Conforme os dados do IBGE, divulgados no suplemento do Censo, em 08 de novembro de 2024, o Brasil possui 12.348 favelas e comunidades urbanas; apresentou um crescimento de 95% em relação a 2020 com uma expressiva concentração nas regiões Sudeste (48,7%), Nordeste (26,8%) e Norte (11,6%) do país. Os dados também destacam o elemento raça sendo que 16% de pretos e 56,8% de pardos habitam nas periferias mostrando a relação histórica entre os processos de empobrecimento, favelização e racismo. Como você analisa essa relação?

ENTREVISTADA A questão da habitação assume uma complexidade na sociedade capitalista, sendo uma das mais graves expressões da “questão social”. As famílias de baixa renda comprometem parte importante de sua renda para o pagamento do aluguel em residências inadequadas, em geral com carência de infraestrutura (ausência de abastecimento por rede de água e/ou solução de esgotamento sanitário e/ou energia elétrica e/ou coleta de lixo), sendo que as mulheres pretas e pobres são as que estão em pior situação no que se refere às condições de moradia. Esses dados expressam a histórica desigualdade de classe, raça e gênero construída, há séculos, em sociedades assentadas em processos de dominação econômica, racial e patriarcal. A formação socio-histórica brasileira expressou um projeto de classe dominante no período mercantil, mediante o processo de invasão colonial. Esse processo foi amparado por todos os mecanismos de conservação da burguesia em expansão, com a exploração da mão de obra de trabalhadores(as), primeiros os nativos indígenas e, posteriormente, os trabalhadores em



situação de escravidão oriundos dos países africanos, com um brutal desrespeito aos direitos humanos das pessoas exploradas e escravizadas. O fim “oficial” da escravidão e a liberação do trabalho ao capital não alterou a estrutura de conservação de classes sociais. Muito ao contrário, as pessoas anteriormente escravizadas passam a ter sua mão de obra livre para vender ao capital. Entretanto, considerando a negação de direitos do processo de escravidão, inclusive a negação ao ensino, restou a ocupação nos piores lugares da divisão social do trabalho. Além disso, se a sociedade é estruturalmente classista e racista, soma-se a dimensão patriarcal, motivo pelo qual o trabalho será expresso por uma divisão social, racial e patriarcal. Assim, os(as) trabalhadores pobres, especialmente os(as) negros(as) e, mais, ainda as mulheres negras herdaram a brutal desigualdade da colonização brasileira que se estende para os demais períodos de formação sócio-histórica em termos nacionais e regionais. Na particularidade da formação das cidades, se a habitação é uma das mercadorias mais caras no modo de produção capitalista, os processos de produção do espaço tanto expressam a desigualdade de classe e sua inerente impossibilidade de aquisição de uma moradia adequada, como expressa a particularidade da desigualdade histórica no Brasil, de uma sociedade racializada e sexista. Daí que os dados do IBGE revelam na vivência cotidiana das cidades, a condição da desigualdade de moradia que afetam, principalmente as mulheres pretas ou pardas, os jovens e as pessoas com menor nível de instrução. Esses dados implicam a continuidade do compromisso das universidades públicas em realizar estudos e pesquisas que demonstrem a articulação entre as dimensões de classe, étnico-racial e de gênero, e atualiza a necessidade das lutas sociais por direitos sociais, bem como as lutas em direção à emancipação humana.